

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.288 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2001

Tebet espera que acareação resolva as dúvidas e não vire “espetáculo”

Presidente do Conselho de Ética manifesta expectativa de que senadores “apresentem perguntas objetivas e sobre as contradições existentes”. Ele também confia em que Regina “não se amedronte” diante de Arruda e ACM



Ramez Tebet reúne-se com assessores a fim de acertar os procedimentos para a acareação

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar promove hoje, a partir das 14h30, acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges para esclarecer dúvidas sobre a violação do painel de votações. O presidente do conselho, senador Ramez Tebet, manifestou a expectativa de que a “reunião não se transforme num espetáculo”, mas colabore com as investigações. O relator do processo, Roberto Saturnino, disse que há pelo menos três pontos contraditórios: o envolvimento prévio de Antonio Carlos no episódio, se houve “consulta” ou “pedido” de Arruda a Regina Borges e o telefonema de Regina para Arruda na manhã de 28 de junho, dia em que Luiz Estevão foi cassado.

PÁGINA 3

ACM pede a senadores “juízo imparcial”

PÁGINA 3

Antonio Carlos desmente acordo com Jader para evitar sua punição



Jader autoriza STF a processá-lo se houver denúncia

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem, em Plenário, a apresentação de projeto de resolução para que a Casa autorize o Supremo Tribunal Federal a processá-lo caso ele seja objeto de alguma denúncia do Ministério Público.

PÁGINA 4



Jader aponta campanha “mesquinha e deliberada”

Martus defende a CPMF e a tabela do IR

PÁGINA 5

O ministro Martus Tavares depõe durante cinco horas na Comissão de Orçamento



José Alencar (ao microfone) preside a reunião da CI em que foram ouvidos diretores da Aneel

Diretor da Aneel prevê racionamento de energia no país

O diretor da Aneel, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, confirmado ontem para o cargo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, afirmou que o Conselho Nacional de Política Energética vai recomendar ao Planalto o racionamento de energia elétrica.

PÁGINA 8

Senado retoma debate sobre isenção para cadernos

Proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo senador Sebastião Rocha e já aprovada em primeiro turno, proíbe a incidência de qualquer imposto sobre a produção de cadernos escolares e o papel utilizado na sua confecção

Código Florestal será discutido em audiências públicas

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória que institui o novo Código Florestal aprovou a realização de duas audiências públicas — dia 17, em Goiânia, e dia 24, em Brasília — com o objetivo de debater o tema com entidades ambientais. A informação é do presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele acrescentou que, a pedido do relator, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), o prazo de votação final do projeto de conversão foi estendido para o próximo dia 30, para que a proposta seja melhor analisada.

Segundo Jonas, até aquela data, membros da comissão se reunirão com os ministros do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e da Agricultura, Pratin de Moraes, e com representantes de entidades ambientalistas, como Greenpeace e World Wild Fund (WWF).

Conselheiros de clubes paulistas serão ouvidos hoje



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol ouvirá hoje os presidentes dos Conselhos Fiscais do São Paulo Futebol Clube, Sebastião Antunes Duarte; do Palmeiras, Osvaldo da Silva Rico; e do Corinthians Sport Club, Eduardo Nesi Curi.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI tem prazo até o fim deste ano para apurar irregularidades como lavagem de dinheiro e sonegação fiscal.

O Senado volta a discutir hoje, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de tributação os cadernos escolares e o papel destinado à sua confecção. A PEC já foi aprovada em primeiro turno e, de acordo com o Regimento Interno, deve ser discutida por mais três sessões antes de ser votada em segundo turno. Se for aprovada, será enviada à deliberação da Câmara.

Segundo Rocha, o objetivo da PEC é "baratear item fundamental



Rocha espera que sua proposta ajude o país a enfrentar o analfabetismo

ao processo educacional de um país pobre como o Brasil, que tem índices alarmantes de miséria e analfabetismo".

Também constam da pauta três mensagens presidenciais. Uma delas pede autorização para a contratação de empréstimo entre o estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 79 milhões, para financiamento parcial de projeto de reabilitação e conservação de rodovias.

Outra encaminha termo aditivo

a contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Serão ainda discutidas e votadas renovações e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão em diversos municípios de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Ceará. Devem ser declaradas prejudicadas mensagem da Presidência da República e um projeto de resolução que autorizam a prefeitura de São Bernardo do Campo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município para pagamento de precatórios, por haverem "perdido a oportunidade".

Plenário analisa renúncia de chefes do Executivo

O Plenário votará na próxima quarta-feira, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a renunciarem aos seus mandatos até seis meses antes do pleito, caso desejem disputar qualquer cargo eletivo.

A matéria tramita em conjunto com outra PEC, que prevê a renúncia apenas para governadores e

prefeitos que desejarem concorrer à reeleição. O parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Iris Rezende (PMDB-GO), é pela aprovação da proposta de Nabor Júnior.

O Plenário aprovou ontem a renovação da concessão das rádios Princesa Isabel, de Princesa Isabel (PB), Fundação Cultural Arthur de Souza Valle, de Nova Odessa (SP), Tuiuti, de Martinópolis (SP), e Zequinha de Abreu, de Santa Rita do Passa

Quatro (SP). Também foi renovada a permissão para funcionamento da Rádio Cidade de Cascavel (PR) e da Flash Radiodifusão, de Cosmópolis (SP).



Nabor Júnior é o autor da PEC que o Plenário votará na quarta-feira

CAE examina empréstimo do Banco Mundial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza a partir das 9h30 de hoje reunião para analisar a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 218,190 milhões de euros, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural — 1.

O projeto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, será executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Re-

forma Agrária (Incrá). A matéria tem voto favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e dá continuidade ao programa Cédula da Terra, projeto piloto implantado pelo ministério e pelo Incra desde setembro de 1997.

Os recursos em votação no Senado deverão beneficiar 50 mil famílias em 14 estados, possibilitando a aquisição de terra, a implantação de infra-estrutura social e produtiva e o acesso da produção aos mercados consumidores. O projeto também prevê a re-

gularização fundiária, a demarcação de lotes e o fornecimento de assistência técnica e crédito para a produção.

A reunião de ontem da CAE foi cancelada. A pauta previa, entre outros itens, a votação do projeto de lei que institui incentivo para as empresas que mantiverem em seus quadros empregados com idade superior a 40 anos. O projeto, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal, que institui a imunidade tributária para cadernos escolares; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Mensagem nº 135/94, solicita autorização do Senado para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, entre o estado do Maranhão e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 79 milhões, de principal, destinado a financiamento parcial de projeto de reabilitação e conservação de rodovias, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade; Mensagem nº 168/97, encaminha o termo aditivo ao contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado do Rio de Janeiro, com a garantia da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em virtude de a mesma haver perdido a oportunidade; e PR nº 55/98, autoriza a prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM/SBC), cujos recursos serão destinados ao pagamento da oitava parcela de precatórios judiciais, bem como de seus complementos da primeira à sexta parcelas, em virtude de o mesmo haver perdido a oportunidade.

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 281/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 218,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural — 1, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — CPI de Futebol

Pauta: depoimento dos presidentes dos Conselhos Fiscais do São Paulo Futebol Clube, Sebastião Antunes Duarte; da Sociedade Esportiva Palmeiras, Osvaldo da Silva Rico; e do Corinthians Sport Club, Eduardo Nesi Curi. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

14h30 — Conselho de Ética

Pauta: acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Produsen Regina Borges. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Freire diz que acordo para reduzir penas seria uma desmoralização

O Senado ficará desmoralizado caso admita qualquer acordo entre partidos para reduzir as punições a serem imputadas aos envolvidos na violação do painel de votação eletrônica do Plenário. A declaração foi feita pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) ao reafirmar, ontem, nota do seu partido divulgada há alguns dias, quando ele participava da 15ª Conferência Interparlamentar América Latina-União Européia, no Chile.

A nota, ressaltou o senador, deixava claro que os indícios colhidos pelo Conselho de Ética já eram suficientemente sólidos para se instaurar o processo de cassação contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Ele acrescentou que a posição do partido continua a mesma e que não existe nenhum fato novo no cenário político que permita sua alteração.

— A violação do sigilo por terceiros, principalmente por ação de autoridades a quem caberia sua guarda, é prevaricação, é crime. Um outro exemplo, com as mesmas características e pressupostos legais, ocorre com os sigilos bancário, fiscal e telefônico, quando o titular do direito pode dele abrir mão, sendo expressamente vedado a terceiros fazê-lo sem autorização judicial prévia — afirmou.

Desse episódio, frisou o senador, ficou uma lição: a Mesa e os demais senadores devem assumir com transparência suas posições. Freire disse, ainda, que os parlamentares não podem considerar os funcionários da Casa “como instrumentos a serem manipulados”, e que os funcionários “precisam ter coragem para afirmar o primado da ética no serviço público”.

Referindo-se à acareação que ocorrerá hoje entre Arruda, Antonio Carlos e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges, no Conselho de Ética, Freire disse que será “uma cena explícita de constrangimento nacional”, mas que se tornou necessária.

Ramez Tebet quer acareação para esclarecer, sem virar espetáculo

Presidente do Conselho de Ética afirma que a ex-diretora do Prodasen “não será massacrada” no procedimento marcado para hoje, às 14h30

A ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Célia Peres Borges “não será massacrada” na acareação que terá hoje com os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), garantiu ontem o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Ramez Tebet (PMDB-MS). “Ela terá os mesmos direitos e não vou deixar que a reunião se transforme em bate-boca”, acrescentou.

A acareação, que começará às 14h30, foi decidida pelos membros do conselho em função de divergências entre os depoimentos dos



Ramez Tebet: “Não vou deixar que a reunião se transforme em bate-boca”

três, na apuração dos fatos que envolveram a violação do painel eletrônico do Senado. Por se tratar de um procedimento inédito, Tebet consultou o Código Penal e assessores jurídicos do Senado para se orientar sobre a condução dos trabalhos.

Depois de também consultar os integrantes do conselho, Ramez Tebet decidiu que a acareação será feita em reunião com a presença, ao mesmo tempo, dos dois senadores e da ex-diretora do Prodasen. Diferentemente das acareações promovidas por juízes, quando os acusados sentam-se frente a frente, no Conselho de Ética eles ficarão lado a lado, na mesa da presidência, de frente para os se-

nadores. “Os juízes no conselho são os senadores”, observou.

Tebet disse que só poderão ser feitas perguntas sobre os pontos em que há contradição entre os três. Depois de garantir que os depoentes poderão ser acompanhados de advogados, o senador observou que a acareação é um ato que os juízes só aceitam “em último caso”. Mesmo assim, os juízes ponderam que, “no geral, os acusados repetem o que disseram em seus depoimentos”, pouco ajudando a esclarecer as dúvidas.

— Espero que os senadores só apresentem perguntas objetivas e sobre as contradições existentes. Espero ainda que a ex-diretora Regina Borges não se amedronte, não se sinta intimidada. Não quero que a reunião se transforme num espetáculo, mas ajude a elucidar o que estamos investigando — ponderou Ramez Tebet.

Relator aponta três contradições nos depoimentos

Para o relator do processo sobre a violação do painel, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), existem pelo menos três pontos em que os depoimentos de Antonio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e Regina Célia Peres Borges são contraditórios. A primeira questão se refere ao envolvimento prévio de Antonio Carlos no episódio. Ele disse que só tomou conhecimento da lista dos votos da sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão quando Arruda a levou ao seu gabinete. Arruda informou, no entanto,

que foi consultado antes sobre o assunto por Antonio Carlos.

A segunda contradição que o relator quer resolver é se Arruda fez um “pedido” ou uma “consulta” sobre a obtenção de uma lista dos votos. Regina Borges afirma que recebeu “um pedido” e o encarou como uma ordem. Arruda diz que apenas a consultou sobre a possibilidade de violação do painel.

A terceira contradição que Saturnino quer esclarecer refere-se ao telefonema que Regina disse ter feito para Arruda na manhã de 28 de

junho, dia em que Estevão foi casado. A ex-diretora disse que telefonou por volta de 10h, mas o senador sustenta ter falado com ela só uma vez, bem mais tarde.

Saturnino informou que pretende apresentar seu relatório uma semana depois da acareação, ou seja, dia 10. Acrescentou ter recebido cerca de 1.500 mensagens eletrônicas até a última sexta-feira, com maioria favorável à cassação dos senadores. “Essas mensagens pesam no julgamento, mas não são decisivas”, observou Saturnino.

ACM pede imparcialidade aos integrantes do conselho

Em discurso ontem no Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães pediu aos integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar — que vão ouvir hoje a acareação entre ele, o senador José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges — que façam “um julgamento imparcial” e votem “de acordo com suas consciências”.

O ex-presidente do Senado denunciou que vários senadores têm declarado seu voto à imprensa, condenando antecipadamente os envolvidos no episódio de violação do painel eletrônico de votação. Acrescentou que um dos senadores vem solicitando à população que envie e-mail ao Senado, pedindo a condenação dos dois parlamentares.

— Espero que os senadores façam o julgamento de acordo com suas consciências e não se deixem levar por uma imprensa dirigida, fazendo uma con-



Antonio Carlos nega acordo para evitar punição

denação precipitada — salientou o senador baiano.

Antonio Carlos disse acreditar que o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, conduzirá com imparcialidade a acareação, para que tudo ocorra dentro dos preceitos legais. Ele advertiu que, se não for assim, estará havendo “um linchamento”.

O senador pela Bahia desmentiu que esteja em curso nos bastidores um acordo entre ele e o presidente do Senado, Jader Barbalho, para que seja evitada sua punição. Segundo ele, não existe qualquer “acordo espúrio” sendo negociado. Antonio Carlos garantiu que há mais de um ano não fala com Jader Barbalho.

O ex-presidente disse ainda estar com a consciência tranquila, pois tem a convicção de que a verdade prevalecerá.



Roberto Saturnino não acredita em acordo para evitar punições

Saturnino: não há prejulgamento de Arruda e Antonio Carlos

O senador Roberto Saturnino afirmou ontem não estar havendo prejulgamento dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, cujo envolvimento na violação do painel eletrônico de votação do Plenário está sendo investigado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Em entrevista na qual comentou discursos feitos em Plenário pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, e por Antonio Carlos Magalhães, Roberto Saturnino, que é relator do caso no Conselho de Ética, disse compreender o estado de espírito de Antonio Carlos, na sua opinião bastante atento às matérias publicadas na imprensa sobre o caso de violação do painel eletrônico do Senado.

“É um direito dele”, afirmou. O relator assegurou, entretanto, não ter recebido qualquer telefonema de Antonio Carlos Magalhães e disse estranhar que Jader Barbalho reclame do “clima de denunciamento” instalado na Casa.

— Foram o próprio Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães que começaram com as denúncias — disse o relator, afirmando não acreditar em acordo para evitar possíveis cassações dos senadores envolvidos no episódio da violação do painel. Para ele, as opiniões de Jader e Antonio Carlos estariam apenas convergindo.

Jader abre mão de imunidade para responder a denúncias junto ao STF

Dizendo-se vítima de acusações que nem sequer foram ajuizadas, senador apresenta projeto que autoriza o Supremo a processá-lo, em razão de denúncia por parte do Ministério Público

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou ontem a apresentação de projeto de resolução autorizando o Supremo Tribunal Federal (STF) a processá-lo, caso ele seja objeto de denúncia do Ministério Público. "Quem tiver denúncias que as apresente e que se responsabilize por elas", afirmou.

Jader negou especulações da imprensa de que participaria de um acordo para salvar o mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de maneira a não se tornar "a bola da vez". E atribuiu tais notícias a "uma campanha mesquinha e deliberada" para atingi-lo. Acrescentou que não pode aceitar ser julgado por quem não tem autoridade para julgar.

O senador chamou de "palhaça-



Jader enxerga, nas denúncias de que é alvo, "uma campanha mesquinha e deliberada"

da" a tese de que, se Antonio Carlos deixar o Senado, ele terá de fazer o mesmo. Depois de assegurar que não há nada que o incrimine, disse que não deseja ser julgado "por quem não teve voto nem foi subme-

tido à vontade das urnas".

Jader afirmou que não pode aceitar denúncias feitas no campo da especulação e jamais formalmente ajuizadas. E chamou de "omissos" e "levianos" os que as fazem.

— Enquanto for presidente do Senado, o mandato é meu. Não vou ser substituído. Quem quiser votar como senador, eleja-se senador da República.

Ressaltou ainda que "se enganaram" aqueles que esperavam que ele aproveitasse da situação atual para ser "algoz de Antonio Carlos". Ele recomendou que cada senador assumira sua responsabilidade e vote de acordo com sua consciência. Também os aconselhou a não votarem pautados por quem quer seja, afirmando que, se assim o fizerem,

"não merecem estar no Senado".

Jader disse que, na investigação em curso no Conselho de Ética, não deseja nada a não ser "um julgamento justo, correto e equilibrado dos senadores que são alvo das acusações", Antonio Carlos e José Roberto Arruda (sem partido-DF). Também defendeu o mais amplo direito de defesa e de exercício do contraditório por parte dos acusados.

E pediu ao Plenário para aprovar urgentemente a iniciativa legal por ele proposta, porque não deseja mais ser "vítima de inverdades".

— Como vou me defender de um irresponsável que escreve que comprei uma cobertura em Belém por R\$ 5.700, colocando-me no risco de ser escolhido o corretor de imóveis do ano? — questionou.

Requerimento de CPI será entregue dia 9

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou ontem que a oposição apresentará no dia 9, junto com entidades da sociedade civil, o requerimento para instalação de uma CPI



Para Dutra, falta base jurídica à proposta feita ontem por Jader

para investigar a corrupção no âmbito do governo federal.

Sobre a proposta do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) de abrir mão da imunidade parlamentar para responder a eventuais processos criminais, Dutra afirmou que a imunidade é uma instituição de ordem pública e política, disciplinada por princípio constitucional. Munido de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), acrescentou que, "segundo o entendimento do STF, não é facultado a ninguém abrir mão da imunidade, que é atributo inerente ao corpo legislativo".

Tião Viana insiste em fim do voto secreto

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu rapidez na tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que prevê o voto aberto no caso da cassação de mandatos de



Viana quer pressa para a emenda que propôs sobre o tema

senadores e deputados. Viana reclamou que a PEC está parada há cerca de oito meses. "O exame dessa matéria é inadiável", disse.

A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando, desde 10 de abril, relatório do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Antonio Carlos já manifestou sua vontade de renunciar à relatoria.

"É importante que a sociedade possa saber como votou cada congressista, e quais os argumentos usados. Isso será uma referência para que os eleitores decidam quanto ao futuro político dos seus eleitos", argumenta ele.

Parlamentares apóiam proposta do presidente do Senado

Seis senadores apartearam o discurso com que o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou a apresentação do projeto de resolução que autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a processá-lo, caso seja alvo de alguma denúncia. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) definiu como acertada a iniciativa e disse que é no âmbito do Judiciário que denúncias devem ser tratadas.

Freire sugere que a suspensão da imunidade para a instauração de processos no STF seja extensiva a todos os senadores. "Em crime comum, essa Casa não tem o que discutir. Agora, no crime de

opinião, essa imunidade deve continuar", opinou.

Pedro Simon (PMDB-RS) considerou da maior importância o discurso de Jader. Ele disse ter lido reportagem a respeito de possível acordo entre o presidente do Senado e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ressaltando que o discurso de Jader deixava claro que todos, no Senado, "estão buscando a verdade".

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que Jader está combatendo o bom combate e lamentou a facilidade com que se lançam inverdades contra os outros. Segundo ele, "Jader é um homem de coragem, que deixou claro em seu discurso que



Durante a discussão em Plenário, vários senadores elogiaram o pronunciamento de Jader Barbalho

não existe e nem existirá acordo". Carlos Bezerra (PMDB-MT) também elogiou o pronunciamento do presidente do Senado.

Já Bernardo Cabral (PFL-AM) recorreu à doutrina do Direito para

dizer que os antecedentes criminais de uma pessoa não podem ser utilizados na apuração de ilícito que venha a cometer posteriormente. No entender dele, o voto de censura

aplicado ano passado pelo Conselho de Ética contra Jader e o senador Antonio Carlos Magalhães não deve ser considerado, em eventual acusação de que ambos venham agora a ser alvos.

Empresário nega versão apresentada por coletora do TO

O gabinete do presidente do Senado, Jader Barbalho, distribuiu cópia de declaração assinada pelo empresário Romildo Onofre Soares, desmentindo que tivesse dito à coletora da Receita em Paraíso do Tocantins (TO), Eliane Pereira, e ao empresário Eudes Afonso Pereira que o senador recebia percentual de recursos obtidos na Sudam. Soares ingressou com processo contra a coletora, por difamação.

A assessoria de Jader também apresentou ontem aos jornalistas cópia de ação de interdito proibitório impetrada pelos advogados do senador contra invasão de fazendas de sua propriedade no município de São Miguel do Guamá (PA).

Saturnino: origem do problema está na briga com ACM

No pronunciamento em que anunciou medida legal para autorizar o Supremo Tribunal Federal (STF) a processá-lo, em caso de denúncia oferecida pelo Ministério Público, o presidente do Senado, Jader Barbalho, insinuou que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) tem uma "torcida na imprensa" que tenta incriminá-lo no mesmo processo que apura a violação do painel eletrônico de votações do Senado.

Brincando, Jader Barbalho afirmou que, se não tiver cuidado, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamen-

tar, vai terminar incluindo-o no parecer final.

Saturnino pediu então a palavra para dizer que todo o episódio hoje investigado pelo Conse-



Saturnino: fim da imunidade é louvável mas o Senado faz "outro tipo de julgamento"

lho de Ética do Senado teve início numa troca de acusações, ocorrida em Plenário, entre os senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, a qual resultou na aprovação de voto de censura contra os dois.

— É inegável que V.Exa. está envolvido na origem desse assunto — disse o parlamentar, ressaltando apenas que, pela natureza política das acusações, é difícil apurá-las.

Saturnino considerou louvável Jader abrir mão de sua imunidade perante o Supremo, mas disse que "o Senado realiza outro tipo de apuração e julgamento".



Para Ney Suassuna, laboratórios internacionais cobram preços exorbitantes

Suassuna apóia Serra no caso do coquetel contra a Aids

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou em Plenário, ontem, a decisão do ministro da Saúde, José Serra, de ameaçar os laboratórios internacionais com a aplicação da lei de licença compulsória em relação aos medicamentos do coquetel anti-Aids. Segundo o senador, somente com as ameaças os laboratórios diminuíram seus preços em duas vezes e meia. Suassuna elogiou artigo publicado no jornal *O Globo* em que Serra ataca o procedimento das empresas de medicamentos.

— Os preços cobrados pelos laboratórios internacionais são exorbitantes, constituem um verdadeiro assalto — disse o senador, lembrando que, mesmo com a baixa, ainda seguem extremamente elevados.

Suassuna criticou os burocratas do escritório de comércio dos EUA que entraram com representação contra o Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) por causa da patente dos medicamentos anti-Aids. Ele disse que o Brasil apenas ameaçou com a licença compulsória, em caso de epidemia e de preços exorbitantes, o que é procedimento comum, aceito pela OMC e usado por vários países.

ALGAROBA

Suassuna apelou ao governo federal para que reconsiderasse a situação de agricultores paraibanos que aderiram ao plantio da algaroba, incentivados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O programa prometia que a algaroba teria rápido crescimento na região, podendo servir de alimento abundante para o gado e ainda fornecer madeira. O IBDF distribuiu 100 mudas de algaroba por hectare para os agricultores, que prepararam sua terra para o plantio.

— Era mentira, o crescimento da algaroba não é tão rápido e os agricultores tiveram grande prejuízo — protestou Suassuna.

Martus: impossível mudar tabela do IR

Segundo o ministro do Planejamento, o governo só pode abrir mão dos recursos do congelamento dos cálculos do Imposto de Renda se o Congresso garantir nova fonte de receita

Num depoimento de mais de cinco horas ontem na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, procurou demonstrar praticamente ser impossível ao governo abrir mão dos recursos oriundos do congelamento da tabela do Imposto de Renda. A alternativa, disse, seria os parlamentares definirem outra fonte de recursos capaz de propiciar uma receita de R\$ 3,8 bilhões ou então cortarem valor equivalente nas despesas. Ele usou o mesmo raciocínio para justificar a manutenção da CPMF (Contribuição sobre Movimentação Financeira).

Martus Tavares admitiu a possibilidade de rever os limites de reciprocidade financeira exigidos pelo novo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002 nos créditos e transferências voluntárias de recursos da União para estados e municípios. A possibilidade de alteração dos novos limites foi admitida pelo ministro após ouvir sugestão, nesse sentido, apresentada na comissão pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). O senador argumentou que os níveis su-



Martus Tavares (C) também defendeu a manutenção da CPMF

geridos pelo governo na proposta de LDO para as contrapartidas simplesmente iriam impedir que os recursos federais chegassem aos municípios mais pobres do país, canalizando-os apenas para os mais ricos, gerando uma contradição de política redistributiva.

Ao afirmar sua disposição de rediscutir os atuais limites de reciprocidade previstos na nova proposta de LDO, por serem incompatíveis com a realidade de um grande número de municípios, como mostrou o senador Romero Jucá, o ministro discordou apenas, de antemão, que se volte a fixar um limite zero de contrapartida. Quando o limite era de apenas 2%, afirmou, “um senador chegou a me sugerir bai-

xarmos para zero”. Explicou, em seguida, que o limite zero tem um efeito didático perverso, na medida em que não estimula os prefeitos de pequenos municípios a organizar melhor suas finanças e fazer um esforço de arrecadação.

— Ora, se o prefeito cobrasse o imposto do posto de gasolina ou ele próprio pagasse o seu IPTU, daria para cumprir os 2% da contrapartida de recursos exigida pelo governo federal, para alocar recursos no município — afirmou Martus.

O artigo 33 do projeto da LDO 2002 estipula uma reciprocidade de 5% e 10% para municípios com até 25 mil habitantes; de 10% e 20% para os demais municípios localizados nas áreas das extintas Sudene e Su-

dam e no Centro-Oeste. Segundo argumentos do senador Romero Jucá, um município, assim, para receber R\$ 1 milhão do governo para investir em obras prioritárias para sua população, teria de dispor de R\$ 100 mil (10%). Como ele não tem esse dinheiro, deixaria de receber o recurso, que iria para um município mais rico, “o que seria absolutamente injusto”, comentou.

Ao analisar as incertezas econômicas trazidas pela crise argentina e pela desaceleração da economia dos Estados Unidos, Martus Tavares afirmou que o Brasil hoje é um país muito menos vulnerável aos efeitos dos transtornos internacionais, graças aos mecanismos que implantou para controle das finanças públicas conjugados à nova Lei de Responsabilidade Fiscal. O ministro confirmou ainda estarem embutidas na nova proposta de LDO dispositivos que vão permitir o pagamento de reajuste nos salários dos servidores públicos, mas condicionou o detalhamento dessa medida à publicação de acordo do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, o que deverá ocorrer nos próximos dias.

LDO fortalece o Congresso, diz ministro

Ao falar na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão afirmou que a nova LDO 2002, conjugada à Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui para fortalecer o Congresso Nacional, na medida em que o coloca no centro da gestão do dinheiro público. Segundo Martus Tavares, os parlamentares hoje já compreendem que é preciso gastar com responsabilidade e que não adianta propor novas despesas sem

que se defina exatamente com que recursos serão cobertas.

No período de 1985 a 1987, disse o ministro, o Brasil começou a fazer uma série de transformações que culminariam num dos mais aprimorados sistemas de controle dos gastos públicos do mundo. Esse sistema sofreu mudança significativa com a Constituição de 1988, que criou a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), e posteriormente com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 1985, lembrou o ministro, 80% das despesas do governo

eram inacessíveis ao Congresso. Elas eram definidas no Orçamento Monetário e gastas através da Conta Movimento, que o Tesouro mantinha no Banco do Brasil. A Secretaria do Tesouro ainda não existia. O Tesouro era uma entidade abstrata, que gastava por meio de uma simples portaria do Ministério da Fazenda. O Congresso não participava de nada e nem sabia como exatamente era gasto o dinheiro público, situação completamente diversa da atual, explicou, em que tudo passa pelo Congresso.

CFC aprova sete relatórios enviados pelo TCU

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado aprovou ontem sete relatórios enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a atuação de entes públicos. A principal decisão da CFC foi determinar ao tribunal que informe as providências tomadas pela prefeitura de Fortaleza para regularização de procedimentos relativos às obras do anel rodoviário daquela cidade. Caso as pendências não tenham sido resolvidas, a comissão convocará o diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o prefeito de Fortaleza para prestarem esclarecimentos.

Foram examinados os relatórios relativos a inspeções ou auditorias do TCU na empresa Telecomunicações de Mato Grosso; no Hospital Geral de Caxias do Sul (RS); na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; no Centro Social Dr. Pio Guerra, de Vicência (PE); e na Universidade Federal de Santa Catarina. Também foi aprovado o relatório do próprio TCU do quarto trimestre de 1999.

Hartung pede rapidez na correção do imposto

Em apelo dirigido ao presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), e ao presidente da Comissão de Finanças daquela Casa, Michel Temer (PMDB-SP), o senador Paulo Hartung (PPS-ES) pediu que seja submetido à deliberação dos deputados projeto de



Paulo Hartung fez o apelo ao presidente da Câmara

sua autoria que corrige as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Para o senador, é lamentável que a matéria, já aprovada pelo Senado,

ainda não tenha sido apreciada pela Câmara dos Deputados. A não deliberação constitui, a seu ver, “omissão legislativa”, particularmente num momento em que por todo o país são conhecidas sentenças judiciais que alteram os índices de dedução e isenção do Imposto de Renda.

Hartung leu trechos de artigo publicado pelo jornal *Valor Econômico* abordando duas decisões tomadas pela Justiça Federal do Paraná e de

Minas Gerais que garantem a redução do recolhimento do imposto na fonte a categorias profissionais como policiais militares e bombeiros.

No entendimento do parlamentar, as decisões comprovam o quanto seu projeto é urgente para a sociedade, que, insatisfeita com o fato de os índices estarem congelados há cinco anos, começou a mobilizar-se.

Entre as mudanças propostas no projeto, Hartung destacou que considera necessário que o limite de isenção, hoje estabelecido em R\$ 900, seja reajustado para R\$ 1.155.

Eduardo quer ouvir ministro sobre acordo com os EUA

O senador considera "lesivos à soberania nacional" alguns itens do acordo que permite aos Estados Unidos a utilização da Base de Alcântara

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou ontem que o Senado precisa ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, antes de ratificar o acordo sobre salvaguardas tecnológicas, assinado com os Estados Unidos em abril do ano passado. Ele considerou "lesivos à soberania nacional" alguns itens do documento, que baliza a participação norte-americana em lançamentos de foguetes a partir da Base de Alcântara (MA).

Eduardo Siqueira Campos enfatizou que o acordo proíbe, de "maneira draconiana", qualquer transferência de tecnologia para o Brasil, além de prever cláusulas sobre a cessão de áreas para o

lançamento de foguetes norte-americanos que se transformam em verdadeiros "enclaves" estrangeiros em território nacional.

Para o senador, o Brasil não está sabendo negociar a vantagem de localização da Base de Alcântara que, por estar na linha do Equador, permite a economia de 30% da energia de propulsão ne-



Eduardo: o acordo impede a transferência de tecnologia

cessária ao lançamento de foguetes.

— Considerando o grande número de países interessados em lançamentos espaciais, não me parece oportuno comprometer-se, preferencialmen-

te, com os Estados Unidos nos termos de um acordo leonino como este.

Em apartes, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA) e José Alencar (PMDB-MG), presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, concordaram com a necessidade urgente de convocar o ministro Ronaldo Sardenberg para

dar explicações aos senadores. "Como o assunto é muito técnico, seria bom organizar, também, audiências públicas com especialistas de vários órgãos científicos", sugeriu Alencar.

Emilia cobra o envio de informações

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) solicitou ao presidente da Comissão de Educação, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que cobre do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, resposta ao requerimento de informações encaminhado por ela "há vários meses" relativo às mudanças que o governo pretende promover na estrutura do Programa Especial de Treinamento (PET).

— O silêncio do ministro revela falta de atenção e de consideração com essa comissão. Meu requerimento é regimental e foi aprovado pelos integrantes desse colegiado. O ministro, além de não haver respondido às perguntas que lhe encaminhei, limita-se a comunicar ao Congresso as mudanças que pretende fazer, sem nos permitir participar das discussões — protestou Emilia.

O PET apóia, desde 1979, o surgimento de grupos de estudos em tempo integral nas universidades, envolvendo estudantes de graduação em pesquisas desenvolvidas pelos docentes. Desde o último dia 30 o PET deixaria de funcionar dentro da concepção original.

Em resposta à senadora, Ricardo Santos informou que já agendou para a próxima semana audiência com o ministro Paulo Renato, com quem tratará das mudanças no PET. Ele lembrou que o programa tem recursos aprovados no Orçamento deste ano e antecipou que defenderá sua manutenção nos moldes anteriores até dezembro de 2001.



Emilia protestou contra falta de dados sobre PET



A Comissão de Educação também aprovou parecer favorável ao projeto que instituiu o Dia da Televisão, a ser comemorado em 18 de setembro

Filosofia e Sociologia poderão ser incluídas no currículo escolar

Filosofia e Sociologia poderão ser incluídas como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio, conforme parecer aprovado ontem pela Comissão de Educação a projeto da Câmara dos Deputados. A matéria, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), será agora analisada pelo Plenário.

Ao relatar favoravelmente a proposta, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) advertiu que o conteúdo dessas disciplinas não será ensinado de forma adequada caso seja trabalhado no desenvolvimento de outras matérias e por professores sem a formação necessária para o cumprimento da tarefa. Para o relator, na medida em que a própria LDB estabelece, em seu artigo 35, que o ensino médio deve assegurar aos alunos a compreensão da relação existente entre o saber historicamente construído e criticamente apreendido e o processo produtivo entre o conhecimento e a produção, "torna-se completamente injustificável a ausência de matérias como Filosofia e Sociologia em seu currículo."

— Os conhecimentos de Sociologia são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia, na medida em que constituem chaves para a compreensão do desenvolvimento das sociedades e para o estabelecimento de relações responsáveis do indivíduo com a coletivi-

dade a que pertence — disse o senador.

DIA DA TELEVISÃO

Na mesma reunião, a Comissão de Educação aprovou parecer favorável ao projeto da Câmara que instituiu o Dia da Televisão, a ser comemorado no dia 18 de setembro. Em seu parecer, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) assinala que a escolha da data deve-se ao fato de a televisão brasileira haver completado seu cinquentenário no mês de setembro de 2000.

Eduardo também chamou a atenção para o fato de que são cada vez mais contundentes e procedentes os argumentos que apontam para "o imperativo de uma reformulação da postura das emissoras de TV. Para ele, a necessidade torna-se ainda mais evidente considerando-se o papel privilegiado da televisão na disseminação de valores que deveriam responder ao interesse coletivo.

Depois de ouvir sugestões dos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP), o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) propôs que a Subcomissão de Rádio e TV, que faz parte da CE e da qual ele é presidente, organize audiência pública sobre a influência da televisão na vida social, política e cultural do país. O encontro deverá ser realizado no Dia da Televisão ou na semana em que se comemora a data.

Para Maguito, ganhos de pobres com real são nulos

O senador Maguito Vilela (GO) homenageou, em nome da liderança do PMDB, os trabalhadores brasileiros pela passagem do Dia do Trabalho. Maguito disse, em discurso ontem no Plenário, que os trabalhadores não têm o que comemorar nessa data, uma vez que o Brasil enfrenta o desemprego, o aumento de preços e um salário mínimo de "ridículos" R\$ 180. Ao mesmo tempo, destacou, o governo federal tenta vender a imagem de uma economia em franca ascensão e com inflação em queda. Mas a situação real, acredita o senador, fez com que o 1º de Maio fosse marcado por protestos em todo o país.

Para Maguito, a concentração de ren-



Maguito Vilela lembrou o aumento do desemprego

da no Brasil é um emblema das injustiças que o Plano Real não tem podido combater. "Em sete anos de Real, os ganhos para os mais pobres são praticamente nulos", disse. Para Maguito, no próximo ano o Brasil deve eleger uma nova proposta de governo, que privilegie a educação, única forma de ascensão social e que pode garantir melhoria na distri-

buição de renda. De acordo com o senador, recente pesquisa do IBGE sobre as transformações sociais no Brasil indica índices de concentração de renda entre os mais injustos do mundo.

— Vinte por cento dos trabalhadores brasileiros mais pobres têm que trabalhar três anos para receber o que os 20% mais ricos ganham em apenas um mês.

Marluce reivindica melhor distribuição de renda

Ao discursar em homenagem ao Dia do Trabalho, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) conclamou os senadores a legislar tendo em mente a necessidade urgente de se chegar a uma justa distribuição de renda que beneficie cada brasileiro. Segundo disse, essa luta passa pelo combate às desigualdades regionais. No Sul, lembrou, a taxa de analfabetos é de 7,8%, enquanto no Nordeste chega a 26,6%.

Para Marluce, os trabalhadores brasileiros, "tanto no campo como nas cidades, sejam técnicos ou executivos, doutores ou braçais", merecem participar, com mais justiça e maiores benefícios, da "mesa que distribui o bolo da riqueza nacional".

— Todos devemos nos esforçar para isso, fazendo com que o trabalhador tenha a contrapartida justa garantindo, para si e sua família, acesso ao básico para uma vida digna e feliz — disse.



Marluce defendeu o combate às desigualdades regionais

Marluce reconheceu que os indicadores sociais do Brasil melhoraram nos últimos dez anos, com a mortalidade infantil caindo cerca de 20% e o analfabetismo passando de 17,2% da população para 13,3%. Mas as disparidades regionais permanecem as mesmas. A senadora lembrou que 80% dos lares do Sul têm acesso à rede coletora

de esgotos, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste essa taxa é de apenas 7,5%.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o combate às desigualdades entre os brasileiros requer a fixação do homem no campo, dando-lhe boas condições de educação e saúde. Também em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou que os governadores dos estados mais ricos não tenham aproveitado, até agora, a oportunidade de aumentar o salário mínimo, apesar de o reajuste ser permitido.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h — *Cores do Brasil* — Belém
6h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a produtora e diretora cinematográfica, Ludmila Ferolla, falam sobre o filme *Anésia — um vão no tempo*
7h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, fala sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — Comissão de Educação (gravado)
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
10h — Sessão Plenária (ao vivo)

14h — *Entrevista* — O senador Leomar Quintanilha fala sobre a crise energética
14h30 — Conselho de Ética (ao vivo) — Acreação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Amador e a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges (ao vivo)
19h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a produtora e diretora cinematográfica, Ludmila Ferolla, falam sobre o filme *Anésia — um vão no tempo*
20h30 — *Entrevista* — Ana Cristina Barros, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, fala sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — Conselho de Ética (reapresentação)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Parente de candidato pode ficar fora da disputa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova projeto de Marina Silva que proíbe parentes de candidatos ao Senado de concorrerem como suplentes na mesma chapa. Matéria será agora apreciada pelo Plenário

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram na reunião de ontem parecer favorável ao projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe parentes de candidatos ao Senado de se registrarem como suplentes na mesma chapa. A proposta, relatada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), teve voto contrário do senador Bello Parga (PFL-MA) e segue para apreciação do Plenário da Casa.

— A vedação se faz necessária para impedir prática corrente de



Bernardo Cabral (C) preside a reunião da CCJ

candidatos ao Senado que registram como seus suplentes os parentes mais próximos, como filho, cônjuge, pai, genro e outros, em flagrante afronta a um dos mais importantes princípios nor-

teadores da administração pública, o da impessoalidade — afirma Marina na justificativa de sua proposta, que altera a Lei das Inelegibilidades.

O presidente da CCJ, senador

Bernardo Cabral (PFL-AM), ressaltou que a proposta atende a “legítimos reclamos da sociedade brasileira, que tem manifestado insatisfação com o nepotismo”. Para Jefferson Péres e Amir Lando (PMDB-RO), a medida tem forte caráter moralizador.

Bello Parga disse que a matéria restringe um dos principais direitos da cidadania, que é o de votar e ser votado. Ele anunciou que apresentou projeto de lei que busca submeter os suplentes ao voto popular, o que, na sua opinião, tornaria o projeto em discussão desnecessário.

Cabral anunciou que os requerimentos dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá (PSDB-RR), que solicitam a quebra do sigilo bancário e fiscal do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e de outras pessoas a ele ligadas, foram retirados da pauta, pois o prazo para sua apreciação pela comissão expirou. As matérias, que buscam levantar informações sobre o suposto envolvimento de Eduardo Jorge com a obra da sede do TRT de São Paulo, foram remetidas de volta à Mesa do Senado.

Ministros de tribunais de contas poderão ser escolhidos por concurso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorável à proposta de emenda à Constituição do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que possibilita a nomeação de membros dos tribunais de contas de estados e municípios por meio de concurso público. Na avaliação do relator, a medida é um passo importante para a reestruturação dos tribunais de contas, “uma necessidade urgente, há muito sentida pela população”.

— A adoção de critérios de provimento que assegurem maior isenção e independência aos membros dos tribunais de contas possibilita a correção de uma das causas preponderantes da ineficiência do sistema de controle externo que adotamos — afirmou Jefferson sobre a proposta que segue agora para apreciação do Plenário.

Para o autor da matéria, o con-

curso público é usado como forma de manter a impessoalidade e a moralidade no serviço público e para premiar o talento e a qualificação técnica e profissional. Ele destacou ainda que essa fórmula já foi adotada com sucesso pela magistratura e pelo Ministério Público. “A regra atual, com algumas exceções, leva à nomeação de políticos e não de técnicos”, afirmou Álvaro Dias.

Os membros da comissão também aprovaram parecer de Iris Rezende (PMDB-GO), atestando a constitucionalidade do projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que permite que ex-reitores e ex-vice-reitores candidatem-se a novos mandatos. Agora, a matéria deve ser analisada pela Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo.

Segundo o relator, da forma como a lei foi redigida, os profes-

ssores que ocupavam o cargo de reitor em 1995 passaram a não poder mais ocupar o cargo na mesma universidade. Para Jefferson, impedir os ex-reitores de concorrer em nova eleição seria inconstitucional. Já o senador Osmar Dias (PSDB-PR) declarou que o projeto corrige uma injustiça e uma falha da lei.

Outro projeto que segue para decisão terminativa da CE recebeu parecer favorável da CCJ na reunião de ontem: a proposta da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que submete os programas de mestrado e doutorado às mesmas normas do ensino presencial, com a realização de exames, trabalhos e outros tipos de avaliação. A matéria altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e teve relatório favorável lido por José Eduardo Dutra (PT-SE).

A CCJ também discutiu projeto



Simon (D) é favorável à proposta de Ramez Tebet sobre o Pantanal

de lei do senador Paulo Souto (PFL-BA) que institui a Unidade de Fiança Penal (UFP), que seria usada como referência para cálculo e aplicação da fiança penal. A proposta, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), altera o Código de Processo Penal, substituindo indexadores como o salário mínimo de referência e o Bônus do Tesouro Nacional (BTN) pela UFP, cujo valor seria fixado pelo Poder Executivo.

— A utilização de indexadores econômicos para a aplicação da fiança penal que podem tornar-se obsoletos ou inaplicáveis tem levado ao estabelecimento de fianças de valor ínfimo, que beiram o ridículo — afirma Paulo Souto.

PANTANAL

Pedido de vista de Bello Parga (PFL-MA) adiou a votação do parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) de Ramez Tebet (PMDB-MS) que inclui o Pantanal sul-matogrossense entre os ecossistemas que fazem parte do patrimônio nacional. Tebet acredita que é mais apropriado falar em dois pantanais, já que dois terços da sua área encontram-se em Mato Grosso do Sul. Jefferson Péres, no entanto, disse considerar a alteração supérflua.

A PEC que faculta a acumulação de empregos públicos pelos dentistas também foi objeto de pedido de vista, formulado por Amir Lando (PMDB-RO).

Senado aprova pesar pela morte de ex-deputado

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar, apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), pela morte do ex-deputado federal pelo Amapá Antonio Pontes. Conhecido como Voz de Trovão, contou Rocha, o ex-parlamentar morreu no último dia 26, aos 64 anos de idade. “Apesar da importância que teve para o Amapá, morreu no anonimato, dedicando-se ao movimento carismático e ajudando pessoas desamparadas”, lamentou o senador. Ele destacou no trabalho parlamentar desenvolvido por Antonio Pontes a luta pela implantação da hidrelétrica Guarani Nunes, a única do estado.

Valadares presta solidariedade a policiais militares

A Polícia Militar de Sergipe encontra-se aquartelada há cinco dias por reivindicação de aumento salarial. A informação foi dada ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ao lembrar que desde dezembro passado o governador Albano Franco prometeu dar 15% de reajuste salarial. Ao se solidarizar com os servidores, o senador disse que os crimes no estado aumentaram nesses dias e advertiu que a segurança corre risco. Em aparte, José Eduardo Dutra (PT-SE) informou que o governador lhe disse que só estabelecerá negociação com o término do movimento dos policiais militares.

João Alberto registra os 81 anos da cidade de Bacabal

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou o 81º aniversário da cidade de Bacabal (MA), completado no último dia 17. De acordo com João Alberto, sua cidade natal surgiu de uma fazenda de arroz, algodão e mandioca construída em 1876 às margens do rio Mearim, cresceu e hoje possui cerca de 91 mil habitantes, sendo que aproximadamente 71 mil na zona urbana e 20 mil na zona rural. Segundo o senador, o município de Bacabal caracteriza-se por terrenos férteis e topografia privilegiada.



João Alberto

Jucá elogia atuação do Ministério do Desenvolvimento

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a atuação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cujas atividades foram apresentadas em relatório anual. O Programa do Artesanato Brasileiro e a criação, em parceria com os Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Planejamento, Orçamento e Gestão, de um Comitê Executivo destinado a impulsionar o comércio eletrônico foram dois dos destaques apresentados pelo senador. O comitê visa promover o desenvolvimento do setor e conta também com representantes das comunidades empresarial e acadêmica.

Indicado para direção da Aneel prevê racionamento de energia

Paulo Jerônimo Pedrosa adiantou, ao ser sabatinado pela Comissão de Infra-Estrutura, que o Conselho Nacional de Política Energética vai recomendar a medida ao presidente da República

Em reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), ontem, Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa, indicado diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), anunciou que o Conselho Nacional de Política Energética vai recomendar ao presidente da República a adoção do racionamento de energia elétrica em todo o país. Ele informou que a reunião do conselho está marcada para a próxima terça-feira.

Paulo Pedrosa explicou que o racionamento deverá ser adotado em consequência da falta de chuvas regulares nos últimos meses, o que provocou o rebaixamento do nível das águas nos reservatórios. Ele observou que a irregularidade das chuvas ao longo do ano foi a maior das últimas quatro décadas.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) não concordou com a afirmação do diretor indicado da Aneel, que a seu ver estaria "culpando São Pedro" pela crise energética por que passa o país. Hartung afirmou que as chuvas foram regulares na maior parte do país e que o anunciado racionamento se dará pela falta de investimentos no setor elétrico, principalmente na construção de novas linhas de transmissão.

O anúncio do possível racionamento foi feito durante a apreciação, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, de mensagens presidenciais indicando os nomes dos engenheiros Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Eduardo Henrique Ellery Filho para exercerem cargos de direção na Aneel. A CI aprovou as duas indicações. Durante os debates, ambos defenderam maiores investimentos para o setor e o fortalecimento de novas fontes de energia, com destaque para as termelétricas, como forma de o país garantir maior oferta de energia a custos baixos.

Os diretores indicados da Aneel também deixaram claro que investimentos em pequenas e médias usinas termelétricas e fontes alternativas de energia, como solar e eólica (ventos), aju-



José Mário Abdo, diretor-geral da Aneel, Paulo Pedrosa, o senador José Alencar e Henrique Ellery na reunião da CI

dariam a afastar o "fantasma" do racionamento. O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) observou que o desperdício de energia elétrica ainda é muito grande, daí achar necessário que o governo, com apoio da Aneel, inicie uma campanha de conscientização com vistas à economia de energia. Pedrosa e Ellery concordaram.

Apesar de votar a favor das indicações dos dois engenheiros, Paulo Hartung criticou o que considera um desvirtuamento da atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica. Na sua opinião, a Aneel vem fazendo o mesmo discurso do governo, ao invés de discutir e propor, com autonomia e independência, saídas concretas para o setor elétrico brasileiro, incluindo as privatizações.

Hartung lamentou ainda os constantes aumentos das tarifas de energia elétrica acima da inflação, bem como a perspectiva de um racionamento que, notou, vai afetar a vida dos brasileiros e da produção nacional. Ele acrescentou que a Aneel não analisou profundamente a questão, preferindo encampar as explicações do governo, que recorreu à ausência de chuvas como justificativa para o possível racionamento.

Diretor-geral admite que faltaram investimentos

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também protestou, durante a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, contra os frequentes aumentos nas tarifas, e, quanto ao racionamento, observou que a Aneel não previu o problema, como deveria ter feito. Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu que a Aneel forneça maiores informações aos agricultores sobre o programa Luz no Campo.

Após a aprovação dos nomes dos dois engenheiros, o presidente da comissão, senador José Alencar (PMDB-MG), convidou o diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo, a fornecer informações complementares sobre a política energética brasileira. Segundo o técnico, o anunciado racionamento não pode de fato ser atribuído exclusivamente à ausência de chuvas, mas também à falta de investimentos no setor elétrico nos últimos 15 anos.

José Mário Abdo disse que a Aneel vem cumprindo a sua determinação constitucional de defender o consumidor e os interesses do Estado, e não do governo, lembrando que os investimentos vêm aumentando e que, somente neste ano, o país deverá ganhar mais 11 mil novos megawatts. Ele informou que 95% da população brasileira é abastecida com energia e lamentou que o gás natural da Amazônia ainda não esteja atendendo o Norte brasileiro.

O diretor-geral da Aneel afirmou ainda que a agência tem fiscalizado rigorosamente as concessionárias e que já aplicou mais de 12 mil multas, arrecadando cerca de R\$ 20 milhões. "Estamos trabalhando, portanto, na histórica e revolucionária missão de proteger o cidadão e de defender o Estado", finalizou Abdo.

Iris critica ação de São Paulo contra incentivos de Goiás

A ação de inconstitucionalidade proposta pelo governo de São Paulo contra programas de incentivo à industrialização do estado de Goiás motivou críticas do senador Iris Rezende (PMDB-GO) à guerra fiscal que se observa no país. Para o senador, fica a impressão de que o governador Geraldo Alckmin tem como objetivo concentrar as principais indústrias em São Paulo. Iris apelou ao estado mais rico do país para que "deixe os pequenos e médios estados crescerem".

O programa Fomentar é um dos que despertaram a oposição de São Paulo, comentou Iris. Criado em 1984, na época em que ele era governador de Goiás, o Fomentar permite o financiamento de 70% dos impostos da indústria instalada no estado pelo período de dez anos. Na avaliação do senador, acreditar que os estados do interior do Brasil têm que se limitar à sua vocação agropecuária é uma postura preconceituosa.



Iris pede a SP que deixe estado menor crescer

Santos propõe novos critérios para "royalties"

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) propôs ontem a adoção de novos critérios de distribuição dos royalties de petróleo e gás natural. Atualmente, duas leis regulamentam o pagamento de royalties — a de nº 7.970, de dezembro de 1989, e a de nº 9.478, de agosto de 1997. A mais recente amplia o volume de recursos pagos aos municípios a título de royalties e participação especial pelo petróleo e gás natural extraídos em seus territórios, mas destina esses valores somente às zonas de produção principal e secundária.

Uma forma de corrigir as desigualdades, na opinião do senador, é alterar a Lei nº 9.478, para elevar a 5% a participação dos municípios nos royalties excedentes e na participação especial, e modificar os critérios de distribuição dos royalties e da participação especial para os municípios, redistribuindo os recursos aos municípios de acordo com as zonas de produção principal (60%), secundária (10%) e regiões geoeconômicas de influência (30%).



Ricardo Santos pretende corrigir as desigualdades